

RACIONALIDADE COMUNICATIVA E ANÁLISE DE CONTEÚDO: aproximações e diferenciações***COMMUNICATIVE RATIONALITY AND CONTENT ANALYSIS:
approximations and differentiations***

Thayse Mychelle de Aquino Freitas¹ - UFRN 
Arlene Maria Soares de Medeiros² - UERN 
Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes³ - UFRN 

RESUMO

Este artigo objetiva elucidar aproximações e diferenciações entre a racionalidade comunicativa e a análise de conteúdo. Essa discussão nasceu de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). A metodologia é de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico. A racionalidade comunicativa assenta-se na linguagem como meio capaz de propiciar compreensões acerca dos mundos objetivo, social e subjetivo. A análise de conteúdo se caracteriza como instrumento de análise composto por procedimentos sistemáticos para a construção de inferências sobre a linguagem em suas múltiplas formas de manifestação e representação. Embora a racionalidade comunicativa e a análise de conteúdo partam de gêneses, pressupostos e objetivos diferentes, ambas admitem a linguagem como construção histórica, social e cultural, permeada e condicionada por variações contextuais e subjetivas.

PALAVRAS-CHAVE: Racionalidade Comunicativa; Linguagem; Análise de Conteúdo; Comunicação.

ABSTRACT

This article aims to elucidate approximations and differentiations between communicative rationality and content analysis. This discussion arose from a master's degree research carried out in the Postgraduate Program in Education at the State University of Rio Grande do Norte (UERN). The methodology is qualitative and bibliographic in nature. Communicative rationality is based on language as a means capable of providing understanding about the objective, social and subjective worlds. Content analysis is characterized as an analytical instrument composed of systematic procedures for building inferences about language in its multiple forms of manifestation and representation. Although communicative rationality and content analysis come from different genesis, assumptions and objectives, both admit language as a historical, social and cultural construction, permeated and conditioned by contextual and subjective variations.

KEYWORDS: Communicative Rationality; Language; Content Analysis; Communication.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pedagoga e Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: thayse_freitas2@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6260-6636>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Docente da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: arlenemedeiros@uern.br / Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8151-4382>.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor titular do Departamento de Filosofia, docente do Programa de Pós-graduação em Filosofia e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN. E-mail: gpfe.ufrn@gmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7841-2118>.

INTRODUÇÃO

As pesquisas qualitativas realizadas na área das ciências humano-sociais têm como foco proeminente a compreensão, a interpretação e análise das ações e relações estabelecidas na sociedade, em seus diferentes espaços (Chizzotti, 2003). A contribuição dessas pesquisas consiste no desvelamento de nuances, sentidos e significados, o que não diz respeito às ciências físico-objetivistas. Assim sendo, podemos afirmar que as pesquisas desenvolvidas a partir das ciências humano-sociais procuram construir conhecimento a partir da (inter)subjetividade inerente ao *locus* investigativo. Essa problemática já nos faz pensar a produção do conhecimento dentro do paradigma da linguagem no qual Habermas (2000) se filia. Nesse paradigma, a produção do conhecimento se dá em via dupla, uma vez que pesquisadores/as e pesquisados/as se constituem sujeitos que se relacionam entre si na busca da compreensão de algo (objeto).

Nossa capacidade de conhecer não pode mais, como supunha o mentalismo, ser analisada independentemente da capacidade de falar e agir, pois nós, também enquanto sujeitos cognoscentes, sempre já nos encontramos no horizonte de nossas práticas do mundo da vida. A linguagem e a realidade interpenetram-se de uma maneira indissolúvel para nós. Cada experiência está lingüisticamente impregnada, de modo que é impossível um acesso à realidade não filtrado pela linguagem. [...] No lugar da subjetividade transcendental da consciência entra a intersubjetividade destranscendentalizada do mundo da vida (Habermas, 2004, p. 38-39).

Nessa perspectiva, para alcançar profundidade no que concerne aos resultados, é fundamental que haja rigor científico e respeito às questões éticas. Ademais, revela-se imprescindível o alinhamento epistêmico-metodológico diante da diversidade paradigmática da qual são derivadas diversas abordagens teóricas e técnicas de coleta, análise e interpretação dos dados. Esse aspecto vai além de uma escolha puramente técnica, pois implica a concepção de sujeito, de objeto e de sociedade que norteia os estudos.

Para captar a dimensão individual e social do sujeito, são considerados itinerários (inter)subjetivos que englobam opiniões, práticas, ideologias, percepções, preceitos, visões de mundo e tantos outros componentes que integram a ação humana na vida social. Esses componentes são intercambiados entre sujeitos por meio da linguagem em situações comunicativas que podem estar circunscritas no mundo da vida e/ou no mundo sistêmico, assumindo formas racionais e finalidades diferentes. A linguagem inerente ao mundo da vida consiste em nosso interesse de análise, a qual é entendida por Habermas (2000) como meio pelo qual os sujeitos realizam suas tessituras comunicativas, sociais, culturais e identitárias. Por meio dela, eles se afirmam como sujeitos, bem como significam e ressignificam cotidianamente saberes e práticas.

O presente estudo objetiva elucidar as aproximações e diferenciações entre racionalidade comunicativa (Habermas, 1990, 2000, 2012) e análise de conteúdo (Bardín, 2014; Franco, 2012). Caracteriza-se metodologicamente como uma pesquisa bibliográfica por centrar-se nas reflexões em torno da racionalidade comunicativa e análise de conteúdo a partir de autores consagrados no meio acadêmico-científico e, ao mesmo tempo, propiciar aproximações e diferenciações, se for o caso, entre abordagens, discussão essa pouco explorada pela literatura.

É fundamental ressaltar que tais discussões nasceram de nossa dissertação de mestrado, produzida na linha de pesquisa Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação

em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que objetivou investigar como as relações intersubjetivas desenvolvidas no âmbito do Conselho Escolar contribuem para a efetivação da gestão democrática. Em tempo, permanece em pauta a articulação epistêmico-metodológica entre racionalidade comunicativa e análise de conteúdo na pesquisa de doutorado, em andamento, desenvolvida na linha de pesquisa Educação, Estudos Sóciohistóricos e Filosóficos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Da racionalidade comunicativa, percebe-se a linguagem como o meio de interação entre sujeitos, que é constitutiva das ações e relações comunicativas inerentes tanto ao processo de socialização quanto ao de individuação dos sujeitos. Por conseguinte, “[...] sociedade e indivíduo constituem-se reciprocamente” (Habermas, 1996, p. 146). Ou seja, a linguagem é categoria fulcral a ser considerada nas pesquisas dedicadas aos fenômenos e fatos sociais porque é por meio das manifestações das crenças, opiniões, relatos acerca da prática e saberes que construímos, em grande parte, o *corpus* das pesquisas qualitativas (Poupart et al, 2008). Da análise de conteúdo, espera-se compreender o que as palavras, menções pretendem transmitir nas diferentes manifestações da linguagem (escrita, oral, gestual). Não se preocupa diretamente com o uso, as finalidades e funcionamento da linguagem.

Por conseguinte, a linguagem é o principal ponto de intersecção entre a racionalidade comunicativa e a análise de conteúdo. A linguagem é um instrumento composto por signos linguísticos e simbólicos que são social e culturalmente construídos, os quais refletem sentidos e significados a fim de empreender desempenhos comunicativos compreensíveis aos sujeitos envolvidos. Não há como separar a linguagem das tessituras sociais. Ela é intrínseca tanto ao âmbito macro (processo de socialização e reprodução cultural) quanto ao âmbito micro (formação identitária e subjetiva dos sujeitos) e, ainda, às transformações sócio-históricas oriundas de seus engendramentos (Habermas, 2012).

A linguagem pode ser considerada como uma via tomada para interagir, intervir e atuar socialmente. Para tanto, ela pode assumir variadas formas, como escrita, falada, gestual etc. De acordo com Santos (2000), a linguagem pode ser caracterizada como a possibilidade de elaborar e entender enunciados. É um instrumento criador e, por isso, não pode ser considerado um mero produto. Ademais, ele a conceitua como meio para comunicar-se coletivamente. Nesse contexto, a função proeminente da linguagem é viabilizar a comunicação entre sujeitos, objetivando que os interlocutores atinjam o entendimento recíproco sobre algo no mundo objetivo que se refere aos fatos e à “[...] totalidade das entidades sobre as quais são possíveis enunciados verdadeiros”, no mundo social que concerne à “[...] totalidade das relações interpessoais reguladas legitimamente” e no mundo subjetivo que contempla a “[...] totalidade das vivências às quais o falante tem acesso privilegiado e que ele pode manifestar de modo veraz diante de um público” (Habermas, 2016, p. 220). Inerentes a esse processo estão não apenas os posicionamentos racionais, fundamentados em argumentos lógicos, mas também as tessituras dialógicas de cunho emocional e afetivo. A comunicação pode ser definida como:

Processo de elaboração de ações expressivas, de identidades subjetivas, da cultura e atualização da linguagem que pode nos ajudar a perceber a prática comunicativa como uma dinâmica que articula a situação discursiva, os interlocutores, os discursos por eles acionados e as interações simbólicas e ações mediadas pela linguagem (Martino; Marques, 2015, p. 16).

Portanto, é diante dessa discussão que reconhecemos a relevância da linguagem e de sua implicação para a produção e reprodução social e para a (re)construção coletiva de sentidos e significados que guiam as práticas comunicativas na sociedade. Nesse contexto, a linguagem supera o sentido estritamente linguístico e se assume como canal gerador de novos fenômenos sociais que são centrais tanto na racionalidade comunicativa, quanto na análise de conteúdo. A seguir, serão realizadas discussões a partir das duas abordagens supracitadas que, em princípio, estabelecem, ao mesmo tempo, aproximações e diferenciações.

DESCORTINANDO OS PRESSUPOSTOS DA RACIONALIDADE COMUNICATIVA

Habermas apresenta duas categorias-chave para compreender a sociedade em sua dinâmica: a racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa. A racionalidade instrumental movimentada as arbitrariedades sistêmicas próprias do capitalismo contemporâneo: Estado através do poder e mercado por meio do dinheiro, exercendo o poder de colonizar as relações que acontecem no mundo da vida. Para Habermas (2000), a colonização do mundo da vida é a principal consequência da invasão de pressupostos do mundo sistêmico na reprodução social, os quais causam assimetrias no uso dos potenciais comunicativos e cerceiam as possibilidades de construir relações sociais mais democráticas e éticas. A racionalidade comunicativa, por sua vez, situa-se, sobretudo, nas ações e nas relações sociais. Define-se como interações comunicativas entre sujeitos capazes de fala e ação que buscam, através de desempenhos discursivos e argumentativos, entender-se mutuamente e chegar a um consenso, motivado, racionalmente, por algo no mundo (Habermas, 2000, 2012). Esse é o pressuposto básico que move a racionalidade comunicativa habermasiana.

A racionalidade comunicativa se manifesta em proposições que estão respaldadas por boas razões, defendendo “[...] a coordenação não coativa de ações e a superação consensual de conflitos de ação” (Habermas, 2012, p. 43). Nesse contexto, ela corresponde ao ato de expressar-se mediante interlocuções linguísticas lógicas, exercendo a capacidade de argumentar, fundamentar e contra-argumentar ações e proposições. É designada racional a ação dotada de sentidos e significados reconhecidos intersubjetivamente, que atingem um entendimento e um consenso sobre algo do mundo com, pelo menos, mais um participante da comunicação.

Habermas (2012) afirma que o conhecimento racional é derivado do intercâmbio linguístico estabelecido entre sujeitos imbuídos em nexos simbólicos. Para ele, o conceito de racionalidade parte da forma como os sujeitos, providos de capacidade comunicativa, adquirem e empregam o saber. Logo, essa perspectiva teórica tem seu cerne alicerçado na construção intersubjetiva do conhecimento, na qual a liberdade e a igualdade são asseguradas aos envolvidos na ação comunicativa, reverberando, por meio da linguagem, a tessitura da autonomia, da emancipação e da democracia.

Gomes (2007, p. 85) expõe que “[...] não existe mundo independente da linguagem e que as condições de possibilidade e de validade do conhecimento emergem da própria linguagem”. É fato que, com Habermas, presenciamos uma mudança paradigmática profunda ao lidarmos com a produção do conhecimento, que se desloca do paradigma da consciência, em que o sujeito cognoscente busca desvelar e dominar objetos de maneira unilateral, para o paradigma da linguagem, em que os sujeitos procuram conhecer reciprocamente algo acerca do mundo objetivo, social e subjetivo (Medeiros; Marques, 2003).

Na racionalidade comunicativa, a percepção da linguagem não se restringe aos aspectos semânticos, que correspondem ao significado linguístico, tampouco é “[...] compreendida como um instrumento de comunicação que permanece fora do conteúdo dos pensamentos”

(Habermas, 1990, p. 54). Nessa perspectiva, a linguagem transcende as regras de funcionamento linguístico e agrega a essa compreensão as variáveis subjetivas construídas pelos sujeitos imersos na ação comunicativa, considerando seus valores, suas identidades, suas emoções, sua cultura, etc. Aliás, ela é a via pela qual as interações sociais comunicativas acontecem, que são evidenciadas nos discursos e atos de fala proferidos nas situações comunicativas intersubjetivas, logo, configura-se um mecanismo indispensável para a atuação perspicaz do sujeito na sociedade. Por conseguinte, ela favorece e intermedia o processo de construção social e individual dos sujeitos, além de contribuir com a apropriação e a atualização do conhecimento.

Ademais, a linguagem é um meio para a construção do entendimento mútuo e do consenso, que são pressupostos fundamentais e interdependentes da teoria habermasiana. De acordo com Habermas (1990, p. 124), “o entendimento visa a formação do consenso [...] e este é selado através da aceitação de um ato de fala compreensível”. Nesse contexto, o entendimento ocorre mediante o reconhecimento intersubjetivo de sentidos, significados e intencionalidades inerentes às proposições lançadas no ato comunicativo, em outras palavras, o entendimento concerne à compreensão e validação dos atos de fala. Sendo assim, ele é imprescindível para que o consenso, nos termos habermasianos, seja atingido. Esse consenso é alcançado pelas vias discursivas e argumentativas, nas quais a liberdade e a igualdade comunicativa são asseguradas aos sujeitos.

A linguagem na visão habermasiana é *medium* intrascendível de todo sentido e de toda validade, uma vez que ela está na base de todo pensar, de todo agir, e de todo argumentar; e, por esse motivo, não se pode prescindir dela. [...] é por meio da linguagem que todo saber existente mostra sua particularidade (Ferreira, 2000, p. 71).

Diante disso, a linguagem é categoria basilar da racionalidade comunicativa. Ela está na base constitutiva dos empreendimentos comunicativos estabelecidos entre dois ou mais sujeitos que, através dos seus atos de fala, intercambiam ideias e as ressignificam pelo contato argumentativo e intersubjetivo. Por conseguinte, não há sociedade nem sujeito desvinculados da linguagem, pois ela é imprescindível para suas próprias constituições. “Não há uma razão pura que só posteriormente vestiria roupagens linguísticas. A razão é originalmente uma razão encarnada tanto nos contextos de ações comunicativas como nas estruturas do mundo da vida” (Habermas, 2000, p. 447). Nesta perspectiva, o mundo da vida é o universo no qual ocorrem as interações sociais, a reprodução cultural e a formação subjetiva daqueles que o compõem, constituindo o pano de fundo da racionalidade comunicativa. É por meio da ação comunicativa do sujeito com o outro e com seus contextos sócio-históricos que são construídos padrões simbólicos de sentidos e significados, bem como lentes para ver, pensar e atuar no mundo.

Tal fato é relevante porque apenas em uma situação comunicativa na qual os sujeitos compreendem-se intersubjetivamente no que concerne à linguagem e aos seus nexos simbólicos, é possível desenvolver uma ação pautada na racionalidade comunicativa. Logo, a ação é puramente discursiva, sedimentada em argumentos lógicos e racionais que são construídos sob a égide democrática, a qual resguarda a liberdade comunicativa. A verdade e o consenso são, nessa perspectiva, construídos através dos desempenhos linguísticos ancorados, sobretudo, nos sentidos e significados construídos no mundo da vida, legitimando-se como válido o melhor argumento apresentado. Nas palavras de Habermas (2000, p. 277), “os significados das proposições, ainda que muito bem analisados, só têm valor relativo a um saber de fundo compartilhado e constitutivo do mundo da vida de uma comunidade linguística”.

Os atos de fala que compõem a ação comunicativa expressam três funções exercidas pela linguagem: função expressiva, função representativa e função interativa. De acordo com Freitas (2020), a função expressiva diz respeito à possibilidade de externar intencionalidades, pensamentos e experiências subjetivas; a função representativa refere-se às elucidações acerca de fatos e fenômenos do mundo objetivo; e a função interativa se traduz no papel de mediação exercido pela linguagem nas relações intersubjetivas, isto é, do sujeito com o outro. A depender dos objetivos do sujeito emissor, um ato de fala pode circunscrever uma ou mais funções da linguagem descritas anteriormente. Diante disso, percebe-se a importância da linguagem para a produção e a reprodução histórica e cultural das sociedades.

A perspectiva habermasiana da linguagem ancora-se em três dimensões: pragmática, sintática e semântica. Trata-se, pois, de uma concepção ampla, a qual, além de regras, sinais e significados linguísticos, considera as implicações contextuais e subjetivas na aplicabilidade da linguagem nas ações comunicativas. A dimensão pragmática “[...] indica a relação dos sinais com os sujeitos e, portanto, com o uso que esses sujeitos fazem da linguagem” (Ferreira, 2000, p. 62). Tal dimensão apresenta uma dupla estrutura: a performativa, concernente ao uso comunicativo da linguagem, inculcado de sentidos e intencionalidades que subjazem ao consenso, na qual “[...] o entendimento sobre objetos e estados de coisas serve para a produção do nexos intersubjetivo” (Siebeneichler, 1994, p. 91); e a proposicional, que se refere ao uso cognitivo da linguagem “[...] para produzir entre falantes e ouvintes um entendimento sobre objetos ou estados-de-coisas” (Siebeneichler, 1994, p. 91). Configura-se, portanto, uma questão complexa, porque, lida com as intencionalidades implícitas nos atos de fala, bem como implica uma ação intencional que pode resultar na intervenção e até na modificação de um dado espaço social.

A pragmática, na perspectiva habermasiana, contribui para desempenhos discursivos firmados em criticidade e argumentos racionais, que contribuem para a tessitura do entendimento e do consenso. Ademais, faz uma interlocução entre o saber explícito, que concerne ao significado linguístico imediato dos enunciados, e o saber implícito, que diz respeito às conjecturas de sentidos imbuídos de nexos contextuais construídos nos itinerários experienciais dos sujeitos no mundo da vida. De acordo com Medeiros (2007, p. 102), “o sentido não existe fora do contexto das significações que os sujeitos histórica e coletivamente constroem para representar o mundo, a realidade, a vida”. Os sentidos estão subjacentes aos atos de fala e são provenientes das construções simbólicas intersubjetivas que se efetivam no mundo da vida mediante a tríade que o sustenta: integração social, reprodução cultural e formação das personalidades. O sentido e a validade de um sinal linguístico dependem da possibilidade de este ser potencialmente reconhecido pelos sujeitos envolvidos na comunicação, uma vez que o uso da língua exige o entendimento mútuo no tocante a todos os sinais linguísticos utilizados (Ferreira, 2000). Os sentidos são fulcrais para a estrutura pragmática da linguagem, logo, indispensáveis para que haja compreensão e ação comunicativa igualitária e não coercitiva.

As práticas comunicativas estão condicionadas por múltiplos fatores do mundo da vida e do mundo sistêmico. Logo, os discursos não são homogêneos, posto que as expressões linguísticas reverberam o enredo contextual no qual elas são proferidas. Os sujeitos apresentam óticas diferentes. Contudo, na racionalidade comunicativa, parte-se das proposições individuais, que podem ser díspares para os consensos racionalmente motivados, valendo-se de disputas argumentativas estruturadas pela linguagem, respaldada nos sentidos e significados compartilhados de maneira intersubjetiva.

Diante de toda essa discussão, infere-se a importância da intersubjetividade para a racionalidade comunicativa. Toda sua base constitutiva está alicerçada nas relações entre sujeitos, os quais se situam, contextualmente, na busca de alcançar o entendimento recíproco e o

consenso. A linguagem é o *médium* pelo qual todo o processo é viabilizado, de modo que possibilita a tessitura das interações comunicativas, discursivas e argumentativas, assumindo, assim, força motriz para o alcance do entendimento e da integração social.

DESENVOLVENDO UM ENTENDIMENTO ACERCA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo é um método de análise das comunicações que nasceu no início do século XX, vinculado à imprensa e à propaganda norte-americana. Tem como aporte basilar a linguagem em suas múltiplas formas de manifestação e representação. Nas primícias de sua utilização, teve como foco proeminente a objetividade e a análise estatística exacerbada, isto é, o rigor científico evocado priorizava a medida e os estudos quantitativos. Nesse contexto, caracterizava-se como um mecanismo analítico que tratava, quantitativamente, dados qualitativos através da organização e da categorização sistemática. Quiçá, dessa vinculação quantitativa residam – até hoje – objeções de muitos/as estudiosos/as das ciências humano-sociais em usar a análise de conteúdo para tratamento de dados em suas investigações qualitativas.

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo expande-se no século XX, tendo Harold Lasswell como principal precursor. Paulatinamente, o número de pesquisadores especializados no método se amplia e ele passa a ser utilizado em diferentes áreas do conhecimento, ganhando espaço e reconhecimento. Com isso, os potenciais da análise de conteúdo se aprimoram no campo da subjetividade, o que evidencia sua capacidade enquanto instrumento exitoso para o tratamento qualitativo de dados e o diferencia de princípios utilizados em sua gênese. Por conseguinte, o processo de análise deixa de exaltar a objetividade e o cientificismo como orientadores preponderantes do processo de análise, mesmo que não os negue (Bardin, 2011). Ademais, é oportunizada uma articulação metodológica híbrida entre as perspectivas quantitativas e qualitativas.

“A análise de conteúdo já não é mais considerada exclusivamente de um alcance *descritivo* [...], pelo contrário, toma-se consciência de que a sua função ou objetivo é a *inferência*” (Bardin, 2011, p. 27, grifos do autor). A inferência é a dedução lógica estabelecida a partir do tratamento analítico das mensagens, que almeja tecer conhecimentos tanto sobre o sujeito que emite a mensagem quanto sobre seu contexto de produção/reprodução. Logo, a inferência é a força motriz do método em discussão, já que o pesquisador pode, a partir dela, compreender os condicionantes que levaram à construção da mensagem analisada e às consequências e/ou aos possíveis efeitos que ela pode causar.

A análise de conteúdo é definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2011, p. 48).

Ela sugere a compreensão das comunicações abstendo-se de deduções aligeiradas e espontâneas. Propõe-se a estabelecer bases analíticas e de inferência que articulem de maneira lógica e estruturada os dados da comunicação, visando analisar os sentidos e significados para além de impressões imediatas do pesquisador. Para isso, Bardin (2011) afirma que o método dispõe de diferentes fases e técnicas que se estruturam em torno de três polos. O primeiro é a pré-análise, que tem como objetivo organizar e sistematizar o material, bem como traçar o

itinerário analítico, que será composto por três etapas: escolha dos documentos que serão analisados, formulação das hipóteses e dos objetivos e formulação de indicadores que fundamentem a interpretação. O segundo polo é a exploração do material, no qual são realizados os processos de codificação, categorização e enumeração. O terceiro e último polo inclui o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. É por meio da compreensão articulada dessas três fases que a análise de conteúdo ganha força metodológica. Não é à toa que encontramos críticas contundentes às pesquisas qualitativas em educação, por exemplo, por padecerem de análise rigorosa dos dados produzidos e construídos durante a realização da pesquisa (Devechi; Trevisan, 2010).

Entendemos que a análise de conteúdo como estratégia metodológica contribui efetivamente para a organização, sistematização e a interpretação de mensagens emitidas por meio da oralidade, da escrita e dos gestos. Sendo assim, ela se torna uma das possibilidades de superar a assistemática na hora de fazer análises dos dados de uma pesquisa qualitativa, na educação ou em outras áreas do conhecimento. O/a pesquisador/a não deve guiar a análise de seus dados pelas frases e pelos conteúdos de efeitos. Sua preocupação deve ser em analisar o conjunto dos dados produzidos com os sujeitos pesquisados ou com os documentos inerentes à investigação.

De acordo com Franco (2012, p. 21), o ponto de partida da análise de conteúdo é a mensagem que pode ser “[...] verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada. Necessariamente, ela expressa um significado e um sentido”. Dada essa amplitude de fontes nas quais a análise de conteúdo pode estar debruçando suas técnicas, sua aplicabilidade é multifacetada, adaptável, portanto, aos objetivos, às intencionalidades e ao tipo de comunicação a ser analisada. O pesquisador pode utilizar uma ou mais operações analíticas, a depender do seu objeto de estudo, de sua questão norteadora e de sua perspectiva teórica, o que irá contribuir com o fortalecimento e a legitimação dos seus resultados.

A análise de conteúdo tem na linguagem sua base de sustentação, pois esta é o elemento fundante da comunicação/mensagem a ser analisada e, portanto, indispensável ao processo. Logo, o método em discussão trabalha na e pela linguagem, visto que ela é o seu ponto de partida e de chegada, não havendo como dela se desvencilhar.

A percepção da linguagem na análise de conteúdo não se preocupa em investigar as regras de funcionamento da língua, mas, sim, em compreender o uso da linguagem na prática comunicativa, considerando seus sentidos e significados complexos e heterogêneos. O método se aplica a mensagens orais e escritas, isto é, à prática da língua por sujeitos situados social e historicamente. Esse é um fator a ser considerado nas análises, pois não há neutralidade, uma vez que a subjetividade dos sujeitos emissores está implícita em cada frase a ser submetida aos processos de análise. Nesse sentido, algo importante deve ser destacado: a análise de conteúdo deve partir da fala e não falar por meio dela (Franco, 2012). Os resultados devem ser descobertos por meio do processo de inferência realizado a partir de indícios e indicadores expressos no constructo das comunicações.

Isto posto, de acordo com Bardin (2011), a especialidade da análise de conteúdo situa-se na articulação estruturada entre a superfície da mensagem, descrita e analisada, e os fatores que a determinaram, deduzidos logicamente. As deduções ou inferências lógicas, que dão corpo aos resultados da análise, ponderam, paralelamente à mensagem em si, as variáveis inferidas, que podem ser de ordem psicológica, sociológica e cultural, bem como o contexto de produção e o proferimento da mensagem. Logo, a visão que se tem da linguagem fomenta a ideia de que ela se (re)constrói mediante os fenômenos contextuais nos quais ela se produz e mediante a

singularidade subjetiva daquele que a utiliza. Percebe-se, portanto, uma linguagem socialmente referenciada e condicionada por aspectos subjetivos, afetivos, psíquicos e cognitivos.

“A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura ‘à letra’, mas antes o realçar de um sentido que se figura em segundo plano” (Bardin, 2011, p. 47). A análise de conteúdo não é um método simples, pois implica muita atenção, rigor, disciplina, ética e sensibilidade daquele que a conduz. Ela se propõe a desvelar não apenas o que está explícito na comunicação, mas, sobretudo, o que está implícito, isto é, os sentidos subjacentes ao conteúdo analisado.

Os procedimentos da análise de conteúdo possuem duas dimensões importantes: a sintática e a semântica. A investigação articulada sobre elas em uma mensagem permite ao pesquisador fazer conjecturas que “[...] podem inferir os valores, atitudes, estereótipos, símbolos e cosmovisões de um texto sobre o qual pouco se sabe” (Bauer; Gaskell, 2002, p. 193). A dimensão sintática corresponde à compreensão da organização e da frequência das palavras em um enunciado, bem como ao vocabulário utilizado e às suas características gramaticais. Já a dimensão semântica refere-se à interpretação dos sentidos linguísticos da mensagem proferida. Estes podem ser indicadores que contribuem para alavancar o processo analítico.

O estudo dos símbolos e das características da comunicação é básico para compreender o homem, sua história, seu pensamento, sua arte e suas instituições. Portanto, a análise de conteúdo é um tema central para todas as ciências humanas e com o transcurso do tempo tem-se transformado em um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos (Richardson, 2012, p. 222).

Diante disso, reforça-se a importância de uma análise atenta à contextualização da mensagem, pois cada uma possui seu universo de regras simbólicas e de significados que podem ser substratos para uma análise fidedigna. A linguagem contida nas mensagens reverbera as representações sociais nas quais os sujeitos emissores se situam. Já os pressupostos analíticos assumem uma postura crítica e, ao mesmo tempo, dinâmica perante a linguagem, a fim de apreender sua pluralidade de sentidos e significados.

DA RACIONALIDADE COMUNICATIVA À ANÁLISE DE CONTEÚDO: Aproximações e diferenciações

Apresentados os pressupostos da racionalidade comunicativa e da análise de conteúdo, percebemos que é possível estabelecer aproximações e, ao mesmo tempo, identificar diferenciações. Embora a linguagem esteja presente nas duas, seu entendimento é bastante diferente. Para a racionalidade comunicativa, a linguagem é o meio pelo qual os sujeitos desenvolvem seus argumentos, sustentam seus discursos, viabilizam sua interação social, atingem consensos racionalmente motivados (Medeiros, 2007). Essa compreensão de linguagem ganha dimensões epistemológicas no pensamento habermasiano que, na análise do conteúdo, não são consideradas. A preocupação da análise de conteúdo não é com a linguagem propriamente dita, embora se utilize dela para se firmar como recurso metodológico nas pesquisas de diferentes áreas do conhecimento. A preocupação é com o conteúdo das mensagens produzidas socialmente, por meio da escrita, da oralidade, etc., que cabe ao decifrar as mensagens.

Sabemos que a linguagem é a força motriz que rege as ações e as relações comunicativas. Desse modo, é uma construção do real e do social e expressa a “[...] existência humana que [...]

elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação” (Franco, 2012, p. 13). A análise de conteúdo tem como pressuposto principal a mensagem, que é concebida por meio da linguagem, enquanto a racionalidade comunicativa somente acontece mediante a intersubjetividade, isto é, a relação mediada pela linguagem entre sujeitos capazes de fala e ação. Nesta perspectiva, a racionalidade comunicativa, ao expressar como dois sujeitos tendem a chegar a um consenso por meio da linguagem, tem como foco a dimensão pragmática da linguagem. A análise de conteúdo, por sua vez, canaliza a ênfase para as dimensões sintáticas e semânticas. Uma vez que possui viés metodológico, o foco reside na interpretação dos dados utilizando, para isso, a linguagem para ser decodificada.

É fato que tanto a racionalidade comunicativa quanto a análise de conteúdo partem de algo comum que é a linguagem, o dito, o expresso no conteúdo dos enunciados e, também, do não dito, contido nos sentidos e nas intencionalidades implícitos nas mensagens proferidas. Na análise de conteúdo, o pesquisador se depara com o tratamento das mensagens para inferir, com base em pressupostos lógicos, conhecimentos e percepções que vão além do conteúdo manifesto na mensagem (Franco, 2012). Na racionalidade comunicativa, o pesquisador admite que a produção do conhecimento não é unilateral, mas entre sujeitos que buscam construir um entendimento sobre algo no mundo (Bannell, 2013).

Assim sendo, a linguagem é uma construção social que reverbera as compreensões linguísticas compartilhadas intersubjetivamente mediante a produção das mensagens orais, escritas, etc. Essa percepção se aplica também à racionalidade comunicativa, que se estabelece sob o pano de fundo do mundo da vida, no qual os sujeitos adquirem a gama de sentidos e significados que endossam suas práticas comunicativas. Habermas (2000, p. 276) afirma que “as expressões linguísticas alteram, contudo, seu significado conforme variam os contextos; além disso, esses contextos são constituídos de tal modo que estão abertos a especificações cada vez mais ricas”. As ações comunicativas são sempre dotadas de heterogeneidade, diversidade e subjetividade daqueles que as desenvolvem. Em conformidade com esse pensamento, a análise de conteúdo atua considerando as variações contextuais em que a mensagem submetida ao tratamento foi emitida, as quais são determinantes para as inferências lógicas. Conforme Bardin (2011, p. 47), engendra-se “[...] uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados”. É, portanto, uma análise complexa, pois articula duas dimensões com tramas e vocabulários diferentes, mas que estão imbricadas no pensar e no agir cotidiano.

No que tange ao uso e à aplicabilidade da linguagem, a racionalidade comunicativa e a análise de conteúdo apresentam diferenças que podem ser justificadas pelas suas próprias naturezas e pressupostos. Na racionalidade comunicativa, o uso que se faz da linguagem acontece no campo prático comunicativo, isto é, nos atos de fala pronunciados entre sujeitos que buscam entender-se sobre algo no mundo. Nessa perspectiva, a análise das proposições por ela viabilizada ocorre no campo da argumentação entre os próprios participantes do ato comunicativo, no qual, conforme Bannell (2013), os enunciados são avaliados e submetidos a pretensões de validez no que concerne a: veracidade do conteúdo manifesto no enunciado; sinceridade no que se refere à intencionalidade do falante e sua disposição ao entendimento mútuo; correção normativa em que se defende que o enunciado está de acordo com as normas sociais legítimas. Logo, é por meio desse caráter discursivo que os sujeitos envolvidos argumentam em defesa de seus atos de fala, ideias, crenças, valores, apresentam razões que os atestam como verdadeiros e plausíveis, contra-argumentam em caso de serem criticados e chegam ao consenso que os validam. Dessa

forma, as “pretensões de validez formam o ponto de convergência do reconhecimento intersubjetivo por parte dos participantes” (Habermas, 1990, p. 81).

Na análise de conteúdo, o uso que se faz da linguagem acontece no campo metodológico analítico, isto é, o objeto da análise de conteúdo é a própria mensagem construída linguisticamente. Não está em causa aqui a finalidade, o uso e funcionamento da linguagem, como vimos na racionalidade comunicativa. Contudo, esse processo não é realizado pela via discursiva, mas pela compreensão dela através da sistematização e categorização intencional dos conteúdos das mensagens, com ou sem o aporte de índices quantificadores. “Esta abordagem tem por finalidade efetuar deduções lógicas e justificadas referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessas mensagens)” (Bardin, 2011, p. 48). A análise, portanto, não é realizada por alguém necessariamente inserido no ato comunicativo ou no seu contexto de produção, e sim por um analista em terceira pessoa que fará o tratamento das mensagens de maneira lógica e estruturada.

No campo metodológico, evidencia-se outra aproximação entre a análise de conteúdo e a racionalidade comunicativa. Conforme Bardin (2011, p. 15), “a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor e da objetividade e da fecundidade da subjetividade”. Isso posto, ocorre uma prática que pode associar técnicas quantitativas e qualitativas em uma mesma investigação de forma que atuem em complementaridade. Contudo, há a possibilidade de se optar por uma das duas como preponderantes na orientação do processo analítico, o que é definido de acordo com a intencionalidade do pesquisador e os objetivos da análise em curso. Em consonância com essa abordagem, Habermas (2012) afirma que o pesquisador da realidade social pode acessar o objeto de pesquisa por meio de uma metodologia dual que possui caminhos de perspectivas distintas:

De um lado, o caminho empírico, que privilegia a perspectiva de um observador imparcial ou terceira pessoa gramatical. É o caminho percorrido normalmente pelas ciências da natureza, cuja meta consiste na detecção, observação e descrição de fenômenos, eventos e causas. Por outro lado, está a via simbólica delineada na perspectiva performativa de um sujeito participante, o que envolve práticas sociais, culturais, comunicativas e argumentativas (Habermas, 2012, p. XVI-XVII).

O pensamento habermasiano considera que a sociedade está inserida na dupla dimensão, qual seja, a natural e a social. Por esse motivo, o mundo, a realidade social e os sujeitos que a integram devem ser acessados por essa ótica dual de caráter performativo que possui enfoques diferentes, mas complementares e interconectados. Um caminho utiliza a objetividade e a observação como critérios básicos e o outro centra-se na intersubjetividade e no entendimento. “Esse dualismo permite acoplagens entre explicações pragmático-formais, filosóficas, e análises empíricas ou históricas” (Habermas, 2012, p. XI).

Nessa seara, deriva-se mais um campo de aproximação entre as duas abordagens em discussão. A respeito da racionalidade comunicativa e da análise de conteúdo, apesar de não apresentarem, em aspectos literais, posições análogas sobre o uso pragmático da linguagem, é possível inferir algumas considerações: embora a pragmática não apareça como pressuposto basilar da análise de conteúdo, o método admite, além da sintática, uma percepção que entende a semântica “[...] não apenas como o estudo da língua, em geral, mas, como uma busca descritiva, analítica e interpretativa do sentido que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribuem às mensagens verbais ou simbólicas” (Franco, 2012, p. 14). Ademais, é uma ótica que considera as

implicações contextuais como uma das principais premissas na condução do método, a fim de garantir a relevância e pertinência dos sentidos inferidos sobre as mensagens analisadas.

Diante desse contexto, compreendemos que a perspectiva habermasiana da racionalidade comunicativa não se distancia dessa proposição, embora seja mais abrangente, pois ela parte da dimensão da pragmática formal da linguagem que supera e agrega as dimensões supracitadas – sintática e semântica. Segundo Ferreira (2000, p. 62), “a dimensão pragmática indica a relação dos sinais com os sujeitos e, portanto, com o uso que esses sujeitos fazem da linguagem”. Assim sendo, trata-se de uma apreensão mais ampla da linguagem que abarca tanto as regras linguísticas que a compõem quanto os sentidos e significados produzidos nas interações comunicativas mediadas pela linguagem, uma vez que não há como separar a compreensão dos sentidos e significados de uma expressão linguística, de seu contexto de produção e do sujeito dotado de particularidades subjetivas.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Como vimos nas seções anteriores, por razões didáticas, apresentamos inicialmente os pressupostos da racionalidade comunicativa, em seguida, os da análise de conteúdo; na perspectiva de favorecer a compreensão acerca das aproximações e das diferenciações entre ambas. É inegável que a linguagem se constitui como um ponto de aproximação entre a análise de conteúdo (proposta metodológica) e a racionalidade comunicativa (proposta epistemológica), com diferenciações. Suas gêneses, pressupostos e objetivos possuem particularidades próprias, o que não nos impediu de tecermos articulações entre elas.

As duas abordagens expostas asseguram a linguagem como construção social, cultural e histórica composta tanto por aspectos linguísticos quanto por fatores simbólicos, construídos de maneira intersubjetiva, que agregam sentidos e significados, subjetividades, valores, conceitos e tessituras morais e cognitivas. Esse achado reflete a importância de, ao definirmos um referencial teórico e metodológico de uma pesquisa, atentarmos para o alinhamento entre as percepções por ela adotada. No desenvolvimento de nossa pesquisa de mestrado, fica evidente essa articulação intrínseca entre a racionalidade comunicativa e a análise de conteúdo.

Este estudo elucidou, a partir de uma pesquisa bibliográfica, alguns pontos de aproximação entre a racionalidade comunicativa e a análise de conteúdo, a saber: a imprescindibilidade da linguagem em ambas as abordagens, legitimando-se como força motriz e base constitutiva; a apreensão da linguagem a partir do dito, ou seja, do conteúdo proposicional explicitado nos atos comunicativos e nas mensagens, como também a partir do não dito, isto é, de sentidos, significados e intencionalidades subjacentes aos enunciados; e a percepção da linguagem para além de seu caráter linguístico, considerando como coeficiente decisivo os nexos simbólicos e as tessituras subjetivas e intersubjetivas social e contextualmente situadas. Para compreender o enunciado linguístico, faz-se necessário considerar suas circunstâncias de produção, ponderando se o âmbito no qual o enunciado foi proferido é ancorado em pressupostos democráticos, se há liberdade e igualdade comunicativa, ou seja, é fundamental atentar-se aos termos e princípios que conduzem a ação comunicativa em questão.

Além disso, as diferenciações também são evidenciadas entre as duas abordagens. A principal delas consiste na própria compreensão e aplicabilidade da linguagem: na perspectiva da racionalidade comunicativa, a linguagem assume contornos epistemológicos para além do que propõe a análise de conteúdo, porque é um meio pelo qual os sujeitos estabelecem relações entre si para desenvolverem seu entendimento acerca do mundo, da sociedade. Na análise do conteúdo, as discussões se voltam para o campo metodológico analítico, o que não se configura

como um desacordo, mas como uma configuração engendrada por suas primícias e objetivos norteadores. De uma abordagem mais epistemológica, por assim dizer, com a racionalidade comunicativa à abordagem metodológica com a análise de conteúdo, percebemos que é possível o diálogo entre elas, por serem complementares no desenvolvimento de uma pesquisa (independente da área). Elas convergem e se alinham, sobretudo, no que é crucial à pesquisa no campo das ciências humano-sociais: as percepções, as ideias, crenças, subjetividades, tudo que se materializa por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS

BANNELL, Ralph Ings. **Habermas & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção: Pensadores & Educação).

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas**. Ijuí: Unijuí, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, n. 2, 2003, p. 221-236.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz. Sobre a proximidade do senso comum das pesquisas qualitativas em educação: positividade ou simples decadência? **Revista Brasileira de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 148-201, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7330>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FERREIRA, Rodrigo Mendes. **Individualização e socialização em Jürgen Habermas: um estudo sobre a formação discursiva da vontade**. São Paulo: Annablume, 2000.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012. (Série Pesquisa).

FREITAS, Thayse Mychelle de Aquino. **Racionalidade comunicativa e o Conselho Escolar: um diálogo possível**. 2020. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2020.

GOMES, Luiz Roberto. **Educação e consenso em Habermas**. Campinas: Alínea, 2007. (Coleção: Educação em Debate).

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Racionalidade e comunicação**. Tradução Pedro Bernardo. Lisboa: Edições 70, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo I: racionalidade da ação e racionalização social**. Tradução Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo II: sobre a crítica da razão funcionalista**. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Verdade e Justificação: ensaios filosóficos**. Tradução Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro (org.). **Teorias da comunicação: processos, desafios e limites**. São Paulo: Plêiade, 2015.

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de. **Administração educacional e racionalidade: o desafio pedagógico**. Ijuí: UNIJUÍ, 2007. (Coleção Fronteiras da Educação).

MEDEIROS, Arilene Maria Soares de; MARQUES, Maria Auxiliadora de Resende Braga. Habermas e a teoria do conhecimento. **Revista Educação Temática Digital**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 1-24, dez. 2003.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução: Ana Cristina Nasser. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Carlos. Língua + linguagem = comunicação. In: Congresso Nacional de Lingüística e Filologia, 4, 2000, online. **Cadernos do CNLF**, série IV, n. 12, 2000. Disponível em: http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_5.htm. Acesso em: 29 maio 2021.

SIEBENEICHLER, Flávio Beno. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e Emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

| Submetido em: 23/02/2024

| Aprovado em: 04/04/2024

| Publicado em: 15/11/2024